



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 22, DE 12 DE AGOSTO DE 2025.**

Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Plantas Medicinais e Fitoterapia no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz e dá outras providências.

Considerando o Decreto nº5.813 de 22 de junho de 2006, que institui a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;

Considerando o Art 8º da Lei Nº2.828 de 16 de dezembro de 2021, que instituiu a Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde;

Considerando o Resultado Final do Edital SCTIE/MS nº1/2021 do Ministério da Saúde, que aprovou o Projeto para Estruturação da Farmácia Viva em âmbito municipal;

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz, o Programa Municipal de Plantas Medicinais e Fitoterapia, com vistas a implementar, regulamentar e fomentar a utilização segura e racional de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos na atenção à saúde da população.

**Art. 2º** A Fitoterapia, reconhecida como Prática Integrativa e Complementar em Saúde (PICS) pelo Ministério da Saúde e ofertada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2006, será implementada no município, principalmente, porém não





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

exclusivamente, por meio do Programa Farmácia Viva, observada a legislação vigente.

**Art. 3º** São objetivos do Programa de que trata esta Lei:

I - ampliar o acesso da população a plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos seguros, eficazes e de qualidade;

II - estimular a pesquisa e o desenvolvimento em todas as etapas da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos;

III - promover o cultivo agroecológico ou orgânico de espécies medicinais;

IV - incentivar a produção e a dispensação de medicamentos fitoterápicos na Rede Municipal de Saúde;

V - resgatar, valorizar e preservar o conhecimento tradicional e a cultura popular relativos ao uso de plantas medicinais;

VI - capacitar e aperfeiçoar a formação técnico-científica dos profissionais de saúde envolvidos;

VII - orientar a população sobre o uso adequado, seguro e racional de plantas medicinais e fitoterápicos;

VIII - desenvolver ações de farmacovigilância e de acompanhamento clínico de usuários de fitoterápicos.

**Art. 4º** A implementação da Fitoterapia no município deverá observar o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural, respeitando a preservação dos biomas locais, mananciais hídricos e áreas de proteção ambiental.

**Art. 5º** O Poder Executivo fica autorizado a firmar convênios, termos de cooperação ou parcerias com órgãos e entidades das esferas federal, estadual e municipal, bem como com universidades, centros de pesquisa, organizações não governamentais e demais instituições públicas ou privadas, para viabilizar a implantação, manutenção e expansão do Programa, bem como a capacitação continuada dos profissionais envolvidos.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**Art. 6º** Para suporte técnico e operacional ao Programa, poderão ser implantados, dentre outros, os seguintes serviços:

I - Horto Municipal de Plantas Medicinais, destinado ao cultivo, manejo e fornecimento de espécies medicinais, servindo também como espaço para ações de educação em saúde, formação técnica e preservação ambiental;

II - Farmácia Viva, destinada a realizar todas as etapas de cultivo, coleta, beneficiamento, processamento, armazenamento, manipulação e dispensação de preparações magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos, em conformidade com a legislação sanitária vigente, especialmente a RDC nº 18/2013 e a Portaria de Consolidação nº 5/2017.

§ 1º O Horto de Plantas Medicinais deverá assegurar a identificação botânica adequada, mediante exsicatas confeccionadas por profissional habilitado, e observar as boas práticas agroecológicas ou orgânicas, com vistas à qualidade dos princípios ativos.

§ 2º Poderão ser desenvolvidas no Horto atividades educativas, oficinas, rodas de conversa, capacitações para profissionais de saúde e agricultores, ações de educação ambiental e de promoção da saúde junto à comunidade.

**Art. 7º** A matéria-prima vegetal deverá ser isenta de agrotóxicos, cultivada mediante práticas de produção orgânica ou agroecológica. Em caso de aquisição junto a produtores parceiros, estes deverão ser devidamente certificados, observadas as normas de licitação e contratação vigentes.

**Art. 8º** A prescrição de medicamentos fitoterápicos será privativa de profissionais de saúde habilitados — a constar: medicina, farmácia, enfermagem, odontologia, nutrição, fisioterapia —, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, observadas as atribuições legais e normativas de cada categoria profissional.

§ 1º A prescrição deverá fundamentar-se em documentos oficiais reconhecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), como o Memento Fitoterápico, o Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira e outros compêndios oficiais.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

§ 2º É vedada a prescrição de fórmulas ou preparações não reconhecidas pelos Guias Fitoterápicos, Formulários ou Farmacopeias autorizadas pela ANVISA.

**Art. 9º** A dispensação de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos ocorrerá exclusivamente mediante apresentação de prescrição emitida por profissional habilitado, em receituário próprio.

**Art. 10.** A responsabilidade técnica pelo estabelecimento de manipulação de medicamentos fitoterápicos caberá a profissional farmacêutico habilitado, regularmente inscrito no respectivo Conselho Regional e vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º Caberá ao responsável técnico a análise e a validação das prescrições, que deverão conter:

- I - legibilidade e ausência de rasuras e emendas;
- II - identificação da instituição e do profissional prescritor com o número de registro no respectivo Conselho Profissional;
- III - identificação do paciente;
- IV - nomenclatura botânica, denominação popular da planta medicinal; concentração/dosagem, forma farmacêutica, quantidades e respectivas unidades;
- V - posologia e modo de usar;
- VI - duração do tratamento;
- VII - local e data da emissão; e
- VIII - assinatura e identificação do prescritor.

§ 2º A ausência de quaisquer requisitos mencionados no § 1º poderá implicar a recusa do atendimento da prescrição.

**Art. 11.** Na forma aprovada pelo Ministério da Saúde no âmbito do Programa Farmácia Viva, poderão ser ofertados inicialmente sachês para preparações extemporâneas e medicamentos fitoterápicos manipulados.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

§ 1º Os medicamentos fitoterápicos produzidos pelo Programa Farmácia Viva serão oficiais, podendo ser magistrais a depender da estrutura física, orçamentária, logística e de recursos humanos do Programa.

**Art. 12.** A equipe técnica da Farmácia Viva deverá participar ativamente de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, divulgando a Fitoterapia como recurso terapêutico complementar junto à comunidade.

**Art. 13.** Os procedimentos operacionais, rotinas, fluxos de produção e dispensação, bem como a composição mínima da equipe técnica, serão disciplinados por ato normativo próprio do Poder Executivo.

**Art. 14.** Poderá ser prevista a oferta de medicamentos homeopáticos na estrutura da Farmácia Viva, observadas as normas técnicas vigentes para produção, prescrição e dispensação.

§ 1º A dispensação de medicamentos homeopáticos será restrita aos usuários da Rede Municipal de Saúde.

§ 2º A regulamentação específica das atividades de homeopatia observará a legislação vigente aplicável.

**Art. 15.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 12 de agosto de 2025.

**GUSTAVO JOSÉ DE ABREU**  
PREFEITO MUNICIPAL





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**MENSAGEM 089/2025**

Santo Amaro da Imperatriz/SC, em 12 de agosto de 2025.

Excelentíssimo Vereador

**JULIO JACOB BROERING NETO**

Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz

Senhor Presidente,

**Cumpre-me passar às mãos de Vossa Excelência, para devida apreciação desta colenda Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Plantas Medicinais e Fitoterapia no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz e dá outras providências”.**

Colocamo-nos à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

---

GUSTAVO JOSÉ DE ABREU  
PREFEITO MUNICIPAL

